

Renan e Severino criam comissão para mudar regras do Orçamento

Exame da lei que tratará das receitas e despesas da União em 2006 já deverá seguir as novas normas, afirma o presidente do Senado. Comissão de parlamentares tem 30 dias para apresentar sugestões



OBJETIVO Entre Severino Cavalcanti (D) e Romero Jucá, Renan prevê que Orçamento passará a ser impositivo

Os presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Severino Cavalcanti, assinaram ato constituindo comissão especial para propor mudanças no processo de elaboração e tramitação do Orçamento da União. Renan destacou que o trabalho da comissão tem o objetivo de fazer o Orçamento "evoluir do caráter apenas autorizativo para mandatário, pois como está não é lei, é meia lei".

"Salário de R\$ 19 mil para parlamentar é irreal"

Renan Calheiros disse que não pode assumir compromisso com nenhuma proposta de aumento de salário para parlamentares que não reflita a vontade da maioria dos senadores. "A proposta de elevar os salários para R\$ 19 mil não conta com meu apoio", observou.

Página 3

Cortes trazem economia de R\$ 11 milhões ao Senado

Decisão da Comissão Diretora do Senado Federal, publicada na edição de ontem do Boletim Administrativo de Pessoal, especifica os procedimentos a serem adotados para reduzir as despesas da Casa neste ano em pelo menos R\$ 11 milhões, como foi anunciado pelo presidente Renan Calheiros. Os principais deles são a proibição de impressão gráfica de trabalhos das secretarias, subsecretarias e órgãos equivalentes do Senado e a limitação da tiragem das publicações oficiais da Casa a no máximo 2 mil exemplares. Com essas medidas, espera-se economia de R\$ 7,2 milhões.

A decisão também suspende, neste ano, a participação de servidores do Senado em cursos, seminários, congressos e demais atividades de treinamento, com ônus, fora do Distrito Federal. A economia prevista é de R\$ 2,4 milhões.

Também caberá ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e à Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) empreenderem as atividades de treinamento atualmente realizadas pela Subsecretaria Especial do Programa Interlegis.

Por fim, a decisão determina a redução em 10% das despesas com telefonia no Senado, com economia prevista de R\$ 1,4 milhão.

Relator anuncia mudanças na MP dos impostos

Página 5

Senadores prestam homenagem a Celso Furtado

Páginas 6 e 7

Cristovam propõe agência de proteção à criança

Página 8



BALANÇO Entre Heitor Gurgulino, Cristovam Buarque e Agaciel Maia (D), Efraim Morais faz um relato das atividades das duas instituições em 2004

Efraim Morais abre ano letivo no ILB e na Unilegis

Um balanço das atividades do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) foi feito ontem pelo 1º secretário do Senado, Efraim Morais, na solenidade de abertura do ano letivo das

duas instituições. A aula inaugural, "Educação no Legislativo", foi proferida pelo senador Cristovam Buarque. O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, falou sobre "O Modelo de Administração Desenvolvido no Senado Federal".



AVANÇO Suplicy destaca que Brasil poderá conseguir auto-suficiência em petróleo no ano que vem

Suplicy defende atuação da Petrobras

Em nome do bloco de apoio ao governo, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a Petrobras poderá levar o país à auto-suficiência em petróleo em 2006.

O senador procurou esclarecer problemas de redução da produção apontados por Almeida Lima (PSDB-SE) em discurso recente sobre o assunto, no qual citou a revista *Veja*. Para isso, Suplicy leu em Plenário carta enviada à revista pelo presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra.

Na carta, Dutra afirma que a redução da produção ocorreu principalmente por atraso na entrega de duas plataformas, a P-43 e a P-48, encomendadas em 2001 pelo governo anterior e construídas pela empresa americana Halliburton.

A renegociação do contrato visou evitar uma demora ainda maior da entrada em operação das plataformas, explica Dutra. Com o funcionamento dessas plataformas e de outras previstas no cronograma, diz o presidente da estatal, a produção em 2005 voltará a crescer em níveis "bastante satisfatórios", passando da média anual de 2004, de 1,4 milhão de barris/dia para 1,7 milhão este ano.

Agenda

MP dos diamantes mantém pauta trancada

Por falta de acordo entre as lideranças partidárias, a pauta da Casa continua trancada pela medida provisória que autoriza a Caixa Econômica Federal a arrecadar os diamantes extraídos das reservas



dos índios cintas-largas (MP 225/04). Os parlamentares tentam votar a matéria na sessão de hoje, com início previsto para as 10h. Os demais itens da pauta só podem ser analisados depois da votação da MP.

Indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje às 10h. Na pauta, mensagens pedindo a aprovação dos nomes de Osmar Vladimir Chohfi para representar o Brasil na Organização dos Estados Americanos; e de Renato Xavier e Oto Agripino Maia para assumirem a chefia das missões diplomáticas brasileiras na Etiópia e Letônia, respectivamente.

Audiência sobre morte de índios

As mortes, por desnutrição, de crianças indígenas de Mato Grosso do Sul é o assunto da audiência pública que será realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), às 9h30. Foram convidados o prefeito do município de Dourados, Laerte Tetila; o secretário de Segurança Alimentar e

Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, José Giacomo Baccharin; o coordenador da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Mato Grosso do Sul, Gaspar Francisco Hickmann; e o chefe do Núcleo de Dourados da Fundação Nacional do Índio (Funai), Israel Bernardo da Silva.



Roteiro sobre desenvolvimento regional

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realiza reunião administrativa às 10h. O colegiado vai definir o roteiro dos trabalhos para 2005. Este é

o primeiro ano de funcionamento da comissão, que é presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e opina sobre assuntos regionais e turismo.



Estímulo a fundo em favor da criança

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 11h30, para votar projeto que torna nulos os acordos e convenções que permitem descontar dos salários importâncias relativas a cheques

sem fundos (PLS 190/02) e proposta que trata da dedução do Imposto de Renda para doação aos fundos nacionais, estaduais e municipais em favor da criança e do adolescente (PLS 51/04).

Fale com o Senado

Alô Senado, serviço de relacionamento da Casa com o cidadão, recebe diariamente sugestões, dúvidas e denúncias da população. Para participar, basta ligar 0800 61-2211 ou enviar mensagens para alosenado@senado.gov.br. As demandas serão encaminhadas aos órgãos de competência.

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) dirige hoje, às 10h, reunião da Mesa diretora para discutir assuntos internos. Logo depois, Renan preside a ordem do dia da Casa, que deve votar a medida provisória que autoriza a Caixa a arrecadar diamantes de reservas indígenas.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



OBRRAS João Ribeiro espera recursos das PPPs para ferrovia, Eclusa do Lajeado e BR-153

João Ribeiro quer prioridade para Ferrovia Norte-Sul

O senador João Ribeiro (PFL-TO) defendeu a inclusão das construções da Ferrovia Norte-Sul e da Eclusa do Lajeado, além da complementação da BR-153, entre as prioridades do governo federal a serem executadas por meio das parcerias público-privadas (PPPs). Ele informou que, juntamente com os senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e a bancada de deputados federais do Tocantins, agendará audiência com o presidente Lula para apresentar esse pedido.

Em aparte, Leomar Quintanilha apoiou a iniciativa.



RESERVA Valdir Raupp diz que bacia de Urucu conteria 90 bilhões de metros cúbicos de gás

Raupp insiste na conclusão de gasoduto

A paralisação das obras do gasoduto Urucu/Porto Velho foi mais uma vez denunciada por Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador observou que a obra, idealizada no início do governo Fernando Henrique, se insere em um projeto mais global de fornecimento de energia elétrica a toda a região Norte.

Raupp lembrou que, segundo levantamentos técnicos, a bacia de gás de Urucu conteria 90 bilhões de metros cúbicos, representando 28% das jazidas conhecidas no país e podendo atender a região por um período de até 50 anos, tomando-se por base o consumo atual.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

País poderá ter novo modelo de orçamento

■ Criada ontem comissão formada por senadores e deputados que terá 30 dias para propor mudanças na lei

Os presidentes do Senado e da Câmara, senador Renan Calheiros e deputado Severino Cavalcanti, assinaram ontem ato constituindo comissão mista especial para propor mudanças nas regras de elaboração e tramitação do Orçamento da União. Com 16 integrantes, o colegiado terá 30 dias para encerrar seus trabalhos.

De acordo com Renan, as normas a serem aprovadas pelos parlamentares deverão valer já para o Orçamento de 2006, ainda a ser enviado pelo Executivo ao Congresso. Ele informou que a comissão deverá ser presidida por um senador e terá como relator um deputado. Pelo Senado, participarão Romero Jucá (PMDB-RR), Aloizio Mercadante (PT-SP), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Heráclito Fortes (PFL-PI), Marcelo Cri-



MANDATÁRIO Para os presidentes do Senado e da Câmara, Renan (E) e Severino Cavalcanti, novas regras devem garantir que o Orçamento seja cumprido

vella (PL-RJ), Fernando Bezerra (PTB-RN), Osmar Dias (PDT-PR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Pela Câmara, integrarão o colegiado os deputados Ricardo Barros (PP-PR), Sérgio Miranda (PC do B-MG), Alberto Goldman (PSDB-SP), Paulo Bernardo (PT-PR), Cláudio Cajado (PFL-BA), Pedro Novaes (PMDB-MA), Milton Monte (PL-SP) e Iberê Ferreira (PTB-RN).

Ao final da assinatura, Seve-

rino Cavalcanti celebrou o fato de as duas Casas do Legislativo estarem nas mãos de homens públicos interessados em fazer o país avançar.

– Uma nova época se instalou com Renan Calheiros, que tem perfeita identidade com o presidente da Câmara, para que possamos honrar todos os compromissos com a sociedade. E essa ação conjunta é o princípio para um orçamento impositivo. Isso vai permitir ao

parlamentar dizer às suas bases que o previsto no Orçamento será, de fato, cumprido – ressaltou Severino.

O deputado também afirmou que, graças a seu entendimento com Renan, será atravessada agora “essa que é a fase mais importante da atividade parlamentar”, a ser conduzida por políticos que “não têm medo da imprensa, porque querem fazer a redenção do Brasil”.

– Essa é a luta que vamos empreender, para que as cidades distantes desse país possam ter recursos e voltar a sorrir. Se a União deve recursos orçamentários a estados e municípios, não há alternativa, tem que pagar, para isso foi assinado o Orçamento – observou.

Vigência

O presidente do Senado ressaltou que o exame do Orçamento de 2006 deverá ser feito dentro das novas regras.

– A comissão terá 30 dias para propor mudanças e é fundamental que isso ocorra logo, já para o Orçamento do próximo ano – frisou.

Renan disse que o trabalho

visa fazer o Orçamento “evoluir do caráter apenas autorizativo para mandatário, pois como está não é lei, é meia lei”.

– É uma aberração jurídica, pois não tem caráter mandatário, é mais uma lei virtual do que real. Precisa ser modificada para servir de instrumento para conter o gasto público, tarefa que se coloca acima de qualquer outra coisa – salientou.

O senador acredita que a comissão vai começar compilando as propostas existentes, a exemplo do que ocorreu com o Estatuto do Desarmamento, dentro do espírito de estender a participação do Legislativo.

– Precisamos mudar o orçamento da elaboração à execução e, principalmente, no contingenciamento. Não tem sentido votar uma peça que depois se submete a contingenciamento sem critério e sem envolver o Legislativo – assinalou.

Renan informou que não indicará o presidente da comissão, pois espera que esse nome surja do consenso da Casa.



TROCA Governo contingencia verbas para tratá-las como “objeto de barganha”, acusa Almeida Lima

Almeida Lima critica corte de recursos

O senador Almeida Lima (PDT-SE) criticou o decreto presidencial que contingenciou o Orçamento da União. Ele lamentou principalmente os cortes nas verbas destinadas aos Ministérios das Cidades, da Defesa e do Desenvolvimento Agrário, que atingiram programas de saneamento básico, saúde e habitação.

Para senador, o governo contingencia a verba das emendas parlamentares para tratá-las como “objeto de barganha”. Ele quer que seja ampliada discussão sobre novo modelo para o Orçamento.

Renan: elevação salarial não é demanda do Senado

Após reunião com os presidentes da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, e do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, Renan Calheiros disse que não pode assumir compromisso com proposta de aumento de salário para parlamentares que não seja consequência da vontade da maioria dos senadores.

– Não é demanda do Sena-

do, e essa ansiedade não está contaminando a gente. Não é prioridade para nós. Temos outras prioridades. Nós temos partidos que assumiram posição pública contra o aumento, e temos que levar tudo isso em consideração. Eu mesmo considero esse aumento irreal, sem nenhuma conexão com a realidade do país. A proposta de elevar os salários

dos parlamentares para R\$ 19 mil não conta com meu apoio – afirmou.

O presidente do Senado não quis explicar qual foi a proposta feita a ele por Severino e Jobim.

– A consulta que me fizeram foi decorrente da necessidade da proposta ser votada nas duas Casas do Congresso – observou Renan.

Medida desmoraliza o Congresso, diz Jefferson

A aprovação da proposta do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, de aumentar em 67% os salários dos parlamentares representará a completa desmoralização do Congresso Nacional, afirmou ontem o senador Jefferson Péres (PDT-AM). Ele considerou uma insanidade a proposta de Severino, que elevaria os salários dos congressistas de R\$ 12,8 mil para cerca de R\$ 21 mil.

A medida é mais grave, continuou o líder do PDT, diante do anúncio de 0,1% de reajuste para os servidores federais. O senador frisou que o Congresso se tornaria uma “geni nacio-



ERRO Para Jefferson, a proposta da Câmara de aumentar o salário dos parlamentares é “uma insanidade”

nal”, referindo-se à prostituta da canção *Geni e o Zepelim*, de Chico Buarque, sempre agredida e difamada pela população de sua cidade.

– Esse congelamento torna ainda mais inaceitável o aumento para os parlamentares. E se já era uma pílula amarga ter que ao menos discutir esse assunto, agora torna-se imperiosa uma reação do Senado contra essa insanidade. Seremos execrados – disse Jefferson, anunciando que a bancada do PDT no Senado assumiu posição contra o aumento.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) também se manifestou contra o aumento do salário.

– Será um golpe ético que significará a desmoralização do Congresso Nacional – opinou Cristovam Buarque.



INCOERÊNCIA Alvaro: Lula diz que baixo salário desestimula servidor, mas anuncia reajuste insignificante

Para Alvaro Dias, reajuste de 0,1% é “contradição”

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem, em Plenário, o que considera contradições do governo, principalmente no tocante ao anúncio de aumento de 0,1% nos salários dos servidores. Ele lembrou que o presidente Lula declarou que o servidor público está desestimulado porque o salário é baixo, o que implica o sucateamento da máquina pública.

O parlamentar disse que esperava proposta de reajuste digno, que estimulasse o trabalhador. No entanto, afirmou, ocorreu o oposto.



DESACORDOS Paim observa que existem muitas divergências no interior do movimento sindicalista

Paim: mudança sindical só com muito diálogo

Sem bom senso e muita negociação dificilmente o projeto de reforma sindical será aprovado no Congresso neste ano ou mesmo no ano que vem. O alerta é do senador Paulo Paim (PT-RS).

Segundo ele, há muitas divergências no interior do movimento sindical sobre a reforma. Ele citou a contribuição obrigatória, pela qual todos os trabalhadores precisam descontar um dia de trabalho em favor das estruturas sindicais, que é mantida nas duas propostas de reforma apresentadas pelas centrais e confederações. Também não haveria ainda acordo em relação ao real poder das negociações entre empregados e patrões, e o próprio Paim não aceita que o acordo prevaleça sobre o legislado.



ESPAÇO Ideli ressalta esforços do governo federal ao preparar país para desenvolvimento

Ideli: caminho livre para reforma trabalhista

A aprovação do projeto de reforma sindical vai abrir espaços para que a sociedade possa discutir com mais segurança a reforma trabalhista, ponto de pauta fundamental e necessário para modernizar o país. A opinião é da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que ocupou a tribuna em nome da liderança do PT para ressaltar os esforços do governo federal no sentido de preparar o Brasil para o desenvolvimento.

CCJ acata projeto que protege o consumidor

■ Intenção é impedir uso de armadilhas publicitárias por fabricantes de alimentos

Aprovado ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, parecer do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ao Projeto de Lei 26/03, que proíbe a atribuição de destaque às declarações de qualidades e características nutritivas apresentadas na embalagem e na publicidade de alimentos.

O autor do projeto, senador Tião Viana (PT-AC), alerta para o fato de que é preciso contribuir para a promoção de práticas alimentares saudáveis ao combater uma das razões que têm contribuído para o aumen-



"SUPERPODERES" Tião Viana diz que produtos de baixa qualidade provocam obesidade em crianças

to de obesidade nas crianças.

No alvo do projeto estão produtos apresentados pela mídia e pela indústria como fontes de crescimento, força e até de "superpoderes" que encantam facilmente o consumidor.

– Quem nunca observou uma criança pequena beber uma famosa bebida achocolatada

com a convicção de estar ficando mais forte e poderosa? – indagou o senador.

Mozarildo explica que o projeto impede os fabricantes de utilizarem atributos para vender produtos de baixa qualidade nutricional, que induzem o consumidor ao erro.

Alerta

Consumir grande quantidade de alimentos vendidos como fortificantes nem sempre garante aos consumidores a real ingestão dos nutrientes necessários. O alerta é da nutricionista Manoela Figueiredo.

“Não se pode afirmar que esses alimentos contribuirão para o crescimento de qualquer criança. Infelizmente, não vemos propaganda incentivando as crianças a consumirem alimentos mais saudáveis, como as frutas”, constatou Manoela.

Só condomínio pode decidir aluguel de garagem em prédio

A venda e o aluguel de vagas de garagem a não-moradores de prédios de apartamentos só poderão ocorrer com autorização expressa na convenção do condomínio. A condição está prevista no projeto de lei de autoria do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), aprovado ontem em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto poderá ser encaminhado diretamente à Câmara, se não houver requerimento para sua análise pelo Plenário do Senado. Mas o prazo de cinco dias para a apresentação de requerimento só passará a ser contado após a desobstrução da pauta do Plenário.

Foi debatido também o projeto de lei do senador Hélio Costa (PMDB-MG) que revoga dispositivo do Código Penal para evitar que criminosos punidos por crimes hediondos sejam soltos depois de cumprirem dois terços da pena. A proposta recebeu parecer contrário do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Jefferson Péres lembrou que, se alguém é condenado a 30 anos de prisão, só poderá ser libertado por bom comportamento após ficar 20 anos na cadeia. “Depois de 20 anos com bom comportamento, por que fazê-lo cumprir mais dez?”, questionou. Ele recebeu o apoio de José Jorge (PFL-PE).

Falta de acordo para examinar MP dos diamantes tranca pauta do Senado

Não houve acordo para votar a medida provisória (MP 225/04) que autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos índios cintas-largas, habitantes das terras indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã, todas em Rondônia.

A ausência de acordo entre as lideranças para votar a ma-

téria, anunciada pelo senador Efraim Morais (PFL-PB), trancou a pauta, impedindo a votação de outras matérias ontem. A MP retorna à pauta hoje.

Com base na MP, editada em 22 de novembro do ano passado, a Caixa já efetuou o primeiro leilão, em 2 de fevereiro último, arrecadando R\$ 716,9 mil com os 665 quilates ofertados. A pedra mais cara, com 28,4 quilates, foi arrematada por R\$ 257 mil.



OPINIÃO ACM: "Vidigal agiu como político parcial e não teve serenidade nesse episódio"

ACM critica presidente do STJ por defesa de Lula

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou ontem o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal, que em entrevista acusou de politiquieiros os parlamentares que pretendem processar o presidente Lula. Antonio Carlos já havia feito essas considerações durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– Ele agiu como político parcial e, se não teve serenidade nesse episódio, como poderá julgar como presidente do STJ? – perguntou, ressaltando ter relações pessoais com o ministro, que não o impedem de fazer críticas ao seu comportamento. Ele sugeriu que o presidente do Senado, Renan Calheiros, faça um protesto formal em nome do Congresso contra as declarações de Vidigal.

Almirante Rayder aprovado para o STM

O almirante-de-esquadra Rayder Alencar da Silveira teve seu nome aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ontem, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) em decorrência da vaga aberta pela aposentadoria do ministro José Murilo Pedrosa. A indicação ainda depende de exame em Plenário.

O currículo do candidato impressionou o relator César Borges (PFL-BA), que ressaltou os 47 anos de serviços prestados à Marinha do Brasil, iniciados no Colégio Naval, em Angra dos Reis (RJ). O senador informou ainda que Rayder Alencar é graduado pela Escola Naval em Ciências Navais, possui especialização em Eletrônica pelo Centro de Instrução Almirante Wandenkolk e mestrado e doutorado em Ciências Navais pela Escola de Guerra. Entre os cargos que ocupou, destacou-se os de comandante do 2º Distrito Naval, em Salvador (BA), comandante de operações navais e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Ideli recorrerá contra votação na CCJ

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentará questão de ordem, no Plenário, contra decisão do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de colocar em votação projetos de caráter terminativo mesmo com a obstrução da pauta do Plenário por medidas provisórias. Ela anunciou sua intenção ontem, em reunião marcada por intenso debate a respeito do tema.

No início da reunião, o presidente da CCJ decidiu levar adiante a votação dos itens de caráter terminativo, baseado em nota técnica elaborada pela Consultoria do Senado. Os projetos poderiam ser discutidos e votados, esclareceu, mas só seriam encaminhados à Mesa depois da desobstrução da pauta. Ele observou ainda que o procedimento está previsto em projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Ideli disse que a Constituição seria "afrontada" pela votação de projetos de caráter terminativo durante o período em que a pauta do Plenário estivesse obstruída.



PLEITO Lúcia Vânia anuncia que produtores encaminharão várias reivindicações ao presidente Lula

Lúcia Vânia apóia protesto de agricultores

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) informou ao Plenário que 3 mil produtores rurais de Goiás realizaram ontem, na cidade de Rio Verde, a terceira maior mobilização do setor contra a política agrícola do governo federal.

Segundo Lúcia Vânia, ao final da manifestação, foi divulgada a Carta do Centro-Oeste, que será encaminhada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com várias reivindicações para reduzir a crise que se abate sobre a agricultura, entre elas a prorrogação das dívidas de custeio e o não-pagamento das parcelas em 2005 e 2006.

Jucá diz que vai mudar a MP que aumenta tributo

■ Objetivo é diminuir impacto da medida sobre prestadores de serviços e pequenos agricultores

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da Medida Provisória (MP) 232/04, que aumenta tributos para agricultores e empresas prestadoras de serviços e reajusta a tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, disse ontem que vai mudar a proposição. O objetivo, explicou, é "diminuir o impacto da MP sobre pequenos agricultores e prestadores de serviços".

Ele deu a informação depois de audiência pública na comissão mista encarregada de examinar a MP, quando o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, fez pesadas críticas aos aumentos de impostos determinados pela medida.

Jucá adiantou que negocia



REAÇÃO Romero Jucá (D) e Francisco Dornelles, presidente da comissão mista, ouvem críticas feitas à medida provisória pelo empresário Afif Domingos (E)

com a equipe econômica a exclusão das empresas prestadoras de serviços que têm empregados do aumento da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Assim, a base de cálculo subiria de 32% para 40% só no caso das prestadoras de serviços sem funcionário, caso queiram optar por declaração com base em lucro presumido.

Uma terceira mudança que Jucá apresentará busca uma

forma de diminuir o impacto do artigo da MP que impede autores de recursos contra multas de até R\$ 50 mil de recorrerem à Câmara de Contribuintes da Receita Federal.

Durante a audiência na comissão, Afif Domingos sustentou que o governo federal "traiu na calada da noite" e incluiu na medida provisória de reajuste da tabela do Imposto de Renda os artigos que elevam impostos para empresas prestadoras de serviços e agricultores.



ALERTA César Borges adverte para risco de a economia não repetir desempenho de 2004

César Borges faz críticas à equipe econômica

César Borges (PFL-BA) afirmou que as atitudes e políticas da atual equipe econômica em nada diferem do que foi dito e executado pela administração passada. Por isso, alertou para a possibilidade de o Brasil não repetir, neste ano, o bom desempenho econômico de 2004, como ocorreu em 2001, quando o país não conseguiu crescer os 4,5% registrados no exercício anterior.

O senador lembrou que ajuste fiscal, carga tributária elevada, superávit fiscal, redução dos investimentos públicos e cortes no Orçamento não são novidades na economia brasileira.



MOBILIZAÇÃO Jonas Pinheiro registrou encontro com autoridades e produtores na cidade de Rio Verde

Jonas Pinheiro alerta para crise no agronegócio

Jonas Pinheiro (PFL-MT) registrou a realização, ontem, de encontro que reuniu 10 mil produtores em Rio Verde (GO), com a presença de governadores, senadores e deputados. Os produtores, disse o senador, procuraram mostrar ao país a grave crise por que está passando o agronegócio brasileiro.

Ele afirmou que a crise já era prevista, porque a agricultura vem arcando com altos custos de produção. Ele frisou que a MP 232 agravará essa situação, já que haverá retenção na fonte de 1,5% do valor dos produtos agropecuários adquiridos pelas agroindústrias.

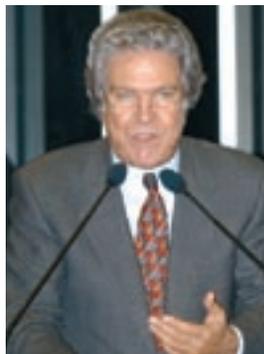
Hélio Costa: país reage a mais impostos

Hélio Costa (PMDB-MG) criticou a Medida Provisória 232/04, que corrige a tabela do Imposto de Renda e aumenta a carga tributária das empresas prestadoras de serviços e dos produtores rurais.

– A MP constituiu um daqueles raros episódios em que ocorre uma total convergência de sentimentos. Sentimentos contra, evidentemente. Em uníssono, as categorias afetadas manifestaram seu veemente repúdio – disse o senador, referindo-se à manifestação de protesto ocorrida no dia 15 de fevereiro em São Paulo, que contou com mais de 2 mil entidades.

– Capital e trabalho estão unidos, assim como sociedade civil e representação parlamentar, oposição e governo – afirmou Hélio Costa, lembrando que alguns ministros, além de deputados e senadores da base do governo, já externaram sua preocupação com a medida.

Hélio Costa ressaltou que a MP 232 determina a antecipação da cobrança do Imposto de Renda sobre produtos agrícolas e proíbe que as contestações sejam levadas à segunda instância no Conselho do Contribuinte, o que é, para o senador, um ato de "ditadura fiscal".



PROTESTO Costa afirma que categorias expressam, em uníssono, seu repúdio

Tourinho conclama PFL a votar contra

Rodolpho Tourinho (BA) conclamou ontem seu partido, o PFL, a votar contra a medida provisória que aumenta a carga tributária para prestadores de serviços e agricultores. Na sua opinião, muitos dos assuntos tratados na MP não exigem urgência e poderiam ser mais bem avaliados no Congresso, por meio de um projeto de lei ordinária.

Para o senador, há um único assunto na medida provisória que a justifica: a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. Ele lembrou que a tabela estava muito defasada, a ponto de ter sofrido correção acumulada de 29% desde 1996.

Tourinho advertiu que os prestadores de serviços vêm sendo sistematicamente sacrificados pelo aumento das contribuições, que, em um ano, teriam crescido 62%.

O modelo de lucro real para cálculo do tributo, conforme explicou, é mais condizente com as pessoas jurídicas organizadas em forma de sociedades anônimas.

O parlamentar criticou também o fato de a MP prejudicar os pequenos contribuintes, ao suprimir a possibilidade de eles recorrerem.



AVALIAÇÃO Para Tourinho, muitos temas da MP não requerem urgência



EXIGÊNCIA Saturnino entende que é preciso maior aproximação entre políticos e eleitores

Saturnino lembra importância da consulta popular

Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que é fundamental a criatividade e meios mais modernos, como o plebiscito e a consulta popular, para facilitar a política de uma nação. Segundo ele, é preciso estabelecer uma ligação mais viva e permanente entre eleitores e políticos, para não afetar o regime de representatividade, que "é a essência do regime democrático".

– Há um fenômeno mundial de grande insatisfação e desinteresse por parte da população, que se reflete na percentagem das abstenções nas democracias e põe em xeque a questão da representatividade.

Rosane Marinho/F. Imagem



Durante sessão especial dedicada à memória de Celso Furtado, senadores de vários partidos exaltaram a vida e a obra do economista, destacando, entre suas principais realizações, a criação da Sudene e a elaboração do Plano Trienal, além da participação no Plano de Metas de JK e na construção do BNDES

Senado homenageia o "mestre em Brasil"

A importância, para o Brasil e a América Latina, da obra do economista Celso Furtado, falecido em 20 de novembro passado, foi lembrada ontem durante sessão especial do Senado, presidida pelo senador Renan Calheiros. A homenagem foi requerida pelos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Sérgio

Guerra (PSDB-PE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

– Investidos da mais alta delegação do povo brasileiro, nesta que é das mais antigas instituições do país, prestamos homenagens a Celso Furtado Monteiro, o cidadão, o professor, o político, o intelectual, o profissional que por sua

vida reta, exemplar e admirável se tornou também uma instituição de nosso povo, de nossa pátria, de nossa cultura e de nossa civilização – disse Renan. Ele recordou o "intelectual engajado, conhecido pelo seu pensamento econômico e pela audácia de suas admiradas e originais concepções".



RELEVO Renan Calheiros (C), entre Efraim Morais e Augusto Botelho, afirma que o economista se tornou uma "instituição de nosso povo"

Célio Azevedo

MERCADANTE



Gerardo Maggela

Luta contra os desequilíbrios regionais

A qualidade e a coerência da obra de Celso Furtado foram destacadas pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), em discurso lido por Delcídio Amaral (MS), líder do PT. O senador lembrou que o economista era grande defensor do sonho latino-americano de desenvolvimento autônomo, tendo influenciado as políticas adotadas na região.

– Mais do que um economista, foi um homem de ação, participando da construção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek. Criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), marco na abordagem dos desequilíbrios regionais de renda.

Mercadante ressaltou o "legado valioso de compreensão para o conhecimento da realidade brasileira e de seus problemas", acrescentando que, tão importante quanto sua obra, foi o exemplo de persistência, compromisso e integridade na defesa de um projeto de nação que almejava desenvolvida, soberana e socialmente justa.

CRISTOVAM



Célio Azevedo

Defensor de prioridade no combate à pobreza

Informando que teve a sorte de ser aluno do economista, Cristovam Buarque (PT-DF) afirmou que foi pelo pensamento de Celso Furtado que o Brasil descobriu o Nordeste e que o próprio Nordeste se descobriu.

– Celso Furtado fez com que nós do Nordeste pensássemos como nordestinos e fez com que o Brasil entendesse as especificidades da região.

Cristovam disse que o economista levou a esquerda brasileira a perceber que poderia lidar com a necessidade de mudanças socioeconômicas, sem ficar presa a padrões importados.

Ele destacou que o homenageado defendia prioridade no combate à pobreza. "Também a Celso Furtado devemos a visão da técnica como instrumento de mudança", frisou.

O senador salientou ainda que a obra de Celso Furtado influenciou até quem não leu seus textos. Segundo Cristovam Buarque, quem entende que "só o desenvolvimento econômico não basta" tem o pensamento influenciado pelo economista.

NEY SUASSUNA



Célio Azevedo

Ação da Sudene tirou o Nordeste da inércia

"Celso Furtado morreu, mas deixou muitas sementes de cidadania plantadas no país", disse Ney Suassuna (PMDB-PB), ao lembrar que a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi a obra administrativa mais transformadora feita pelo economista.

– Nos acostumamos, nos últimos anos, a ver a Sudene como foco de escândalos. A polêmica que cercou sua extinção, no governo Fernando Henrique, e sua recriação, no governo Lula, ainda repercute na memória. Mas essa não é a Sudene de Celso Furtado. Essa não é a alavanca de mudanças que, operada com destreza por um mestre em Brasil, fez avançar, em muito pouco tempo, os indicadores de desenvolvimento da região.

Suassuna frisou que o modelo institucional da Sudene, combinando a visão política dos governadores e a racionalidade técnica de um grupo bem formado de especialistas, foi capaz de quebrar a inércia que pesava sobre o progresso regional.

ARTHUR VIRGÍLIO



Célio Azevedo

Plano Trienal com inflação baixa e crescimento

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), lembrou características do Plano Trienal que Celso Furtado elaborou para o governo João Goulart. Segundo ele, o plano pregava inflação baixa e crescimento econômico sustentado obtido por meio da contenção dos gastos públicos para assegurar sua melhor qualidade.

– Para fazer um paralelo com os dias de hoje, o governo Lula gasta muito e gasta mal.

Segundo Virgílio, Furtado pregava que as reformas de base somente seriam possíveis depois de consolidadas as diretrizes do plano. Disse ainda que o economista, como ministro da Cultura do governo Sarney, foi o idealizador da política de incentivos fiscais para a produção artística e cultural que tão bons resultados gera.

– Reverenciado na América Latina e respeitado na França, Celso Furtado me passa a noção da imortalidade. Apesar de falecido, sua obra continuará a ser estudada e debatida por muitas gerações, no Brasil e no mundo, porque ele acreditava naquilo que pregava.

PEDRO SIMON



Célio Azevedo

Sua obra é reconhecida em todo o mundo

Pedro Simon (PMDB-RS) salientou que, quando da morte de Celso Furtado, em novembro último, economistas dos mais destacados do país e do exterior, integrantes de diversas correntes de pensamento, foram unânimes em ressaltar a importância de seu trabalho precursor para a compreensão mais exata dos problemas brasileiros e também das mazelas latino-americanas.

– Celso Furtado sempre lamentava que a política econômica seguida tradicionalmente pelo Brasil tivesse engendrado uma sociedade com chocantes desigualdades e sujeita a crises intermitentes. Ele entendia que os países subdesenvolvidos não avançam realmente, embora consigam acumular alguma riqueza, porque tentam reproduzir hábitos de vida e traços de culturas dominantes.

De acordo com Simon, Furtado acreditava que o subdesenvolvimento merecia um trabalho de teorização própria, mas não seria seguindo os modelos dos países desenvolvidos que se poderia aprofundar no conhecimento do problema.

Paraibano, Celso Furtado migrou para o Rio de Janeiro aos 19 anos e, aos 39, lançou o livro *Formação Econômica do Brasil*, sua obra mais conhecida. Os senadores reverenciaram em Plenário a memória do ex-ministro, escritor e economista, criador da Sudene, e seu primeiro superintendente, e o primeiro estrangeiro nomeado para a Universidade da Sorbonne



Rosane Marinho/F. Imagem

MÃO SANTA



Célio Azevedo

PT deve seguir os ensinamentos do economista

Durante as homenagens a Celso Furtado, o senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e pediu que o PT atente para os ensinamentos do intelectual.

O senador leu trecho da última entrevista concedida pelo economista, em que ele afirmava que o mais importante é dar prioridade ao problema social e não ao econômico.

– O governo dá prioridade ao capital – afirmou Mão Santa.

ALBERTO SILVA



Moreira Mariz

Idéias que favorecem a criação de emprego

Ao encerrar a sessão especial que reverenciou a memória de Celso Furtado, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) disse que o economista foi um homem singular que se colocou a serviço não só do Brasil, mas de todo o mundo.

– Ele era um homem sábio e inteligente. Suas idéias favorecem a criação de empregos e a geração de mais oportunidades de trabalho – afirmou.

Para Alberto Silva, Celso Furtado legou ao país uma doutrina que todos os brasileiros deveriam seguir.

Migrante nordestino, cidadão do mundo

Celso Monteiro Furtado nasceu em 26 de julho de 1920 em Pombal, no sertão da Paraíba, e migrou para o Rio de Janeiro em 1939 para estudar na Faculdade Nacional de Direito. Fez seus estudos secundários no Liceu Paraibano, em João Pessoa, e no Ginásio Pernambucano, no Recife. Ainda estudante de Direito, começou a trabalhar como jornalista na *Revista da Semana*. Em 1943, foi aprovado no concurso do Dasp, indo tra-

balhar no Rio e em Niterói.

Em 2004, foi indicado para o Prêmio Nobel de Economia por um grupo de economistas brasileiros liderado pelo então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Carlos Lessa. O desafio do desenvolvimento econômico do semi-árido nordestino e das regiões e países pobres do mundo foi o tema de sua obra, composta de dezenas de livros. Entre esses,

destaca-se o clássico *Formação Econômica do Brasil*, lançado em 1959, ano de fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da qual foi criador e primeiro superintendente, por convite do então presidente Juscelino Kubitschek.

Celso Furtado conviveu com o problema da seca desde criança. Em entrevista para o livro *Seca e Poder*, lançado em 1998 pela Editora Perseu

Abramo, segundo a jornalista Marta Kanasshiro, Furtado relembrou histórias de família como a de seu avô, que perdeu todo o gado nas secas de 1915 e de 1919.

Em suas primeiras obras, a visão de Furtado sobre a seca era a de “uma calamidade natural”. Depois, com o avanço nos estudos econômicos e a experiência internacional, Furtado passou a ver a questão como social e política.

MARCELO CRIVELLA



Roosevelt Pinheiro

Amor pelo Brasil e dedicação ao desenvolvimento

Para o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), o grande tributo que a Casa poderia prestar a Celso Furtado seria encarnando sua bandeira pela retomada do desenvolvimento em altos índices. Para o parlamentar, essa é a única forma de superar uma crise social que se manifesta no maior desemprego e subemprego já registrado em nossa história, atingindo mais de um quarto da população economicamente ativa.

– Uma política de promoção do pleno emprego, na forma inspirada por Celso Furtado, é o instrumento incontornável de superar essa crise social, que é também uma crise de identidade e de destino a que nos levaram a práticas neoliberais do governo anterior, inexplicavelmente aprofundadas no atual governo, mas que o presidente Lula, com apoio desta Casa e do povo brasileiro, certamente saberá reverter – disse.

De acordo com Crivella, o amor de Celso Furtado ao Brasil e sua dedicação ao tema desenvolvimento não têm paralelo entre nossos grandes pensadores.

ALVARO DIAS



Célio Azevedo

Contribuições ao pensamento mundial

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou a extrema paixão que Celso Furtado nutria pelo Brasil e que sempre norteou suas ações políticas e teses econômicas. Ele seguia à risca os ensinamentos de Hegel, que escreveu não ser possível realizar nada de grande sem paixão, disse o senador.

Alvaro destacou, ainda, ter sido o economista o primeiro professor estrangeiro nomeado pelo presidente da França para a Universidade da Sorbonne, onde permaneceu lecionando por 20 anos. Ele lembrou a realização de um congresso internacional, organizado pela Unesco, em 1997, reunindo especialistas do mundo inteiro, para dimensionar a contribuição de Celso Furtado ao pensamento mundial.

O senador citou um pensamento do economista, que, segundo observou, “pode ser usado para sintetizar o atual momento em que vive o Brasil”. Disse Celso Furtado: “Em nenhum momento da nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”.

EFRAIM MORAIS



Célio Azevedo

Influente cientista social brasileiro do século 20

O economista e ex-ministro Celso Furtado sempre foi um cidadão identificado com as pessoas mais humildes e despossuídas, e legou ao país propostas consistentes de crescimento econômico sustentável, aliadas ao desenvolvimento sem exclusão. A opinião foi manifestada ontem pelo senador Efraim Morais (PFL-PB).

– Celso Furtado foi o cientista social brasileiro mais influente do século 20 – afirmou Efraim.

O senador informou ainda que os livros de Celso Furtado foram traduzidos para mais de 15 idiomas, com as vendas ultrapassando 2 milhões de exemplares, tornando-o o economista e cientista social latino-americano mais lido em todo o mundo.

Efraim lembrou também que a concentração de renda foi sempre uma das maiores preocupações do economista, atrelada às desigualdades sociais e regionais, e que coube a Celso Furtado elaborar o documento intitulado “Uma política para o desenvolvimento do Nordeste”, que inspirou a criação da Sudene.

EDUARDO SUPPLY



Célio Azevedo

Um exemplo de luta em favor da igualdade social

De acordo com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o economista e ex-ministro Celso Furtado, além de lutar pelo desenvolvimento econômico e social do país de forma sustentável, sempre defendeu a plena democracia no país.

Eduardo Suplicy, que é formado em Economia, revelou ainda que sempre se espelhou em Celso Furtado, em virtude da sua luta em favor da igualdade social, regional e erradicação da pobreza.

O senador disse esperar que os ensinamentos deixados pelo ex-ministro sirvam para que o governo caminhe na direção do crescimento, combinado com um firme combate à inflação, erradicação da pobreza e mais oportunidade de empregos.

Assinalou ainda, tomando por base os trabalhos deixados por Celso Furtado, que não se pode destinar grandes recursos ao exterior, com destaque para o pagamento dos juros, ao mesmo tempo em que se nega à população, de forma célere, a solução de graves problemas sociais, incluindo educação, habitação e saúde.



DÚVIDA Tuma: "Quando criou o Fome Zero, o governo excluiu as comunidades indígenas?"

Tuma pede ação de Lula contra novas mortes

Ao confessar estar amargurado com o anúncio diário de mortes de crianças indígenas por inanição, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) manifestou esperança de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva intervenha na situação e determine providências para resolver definitivamente o problema. Ele disse não entender como a estrutura governamental não está conseguindo evitar que a fome vitime os filhos indígenas de diversas tribos.

– Quando o governo criou o Fome Zero, será que excluiu as comunidades indígenas? Será que não levaram em conta que a cultura indígena enfrenta várias dificuldades no plantio, na caça e na pesca? O Estado tem a obrigação de possibilitar a alimentação e o tratamento médico para os índios.

Na avaliação do senador, é inadmissível que, em pleno século 21, a mortalidade infantil indígena tenha atingido índices tão alarmantes. Ele frisou que esse percentual atualmente é o triplo da média entre filhos do homem branco. Tuma também lamentou a falta de providências para evitar que o costume indígena, de o pai se alimentar e dar as sobras para o filho, tenha contribuído para o aumento das mortes.



CRISE Com desavenças, diz Crivella, autoridades complicam situação já "caótica" na capital fluminense

Cristovam quer agência para proteger crianças

■ Senador critica "histórico abandono" da infância e entende que órgão pode ser vetor de mudança

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) apresentou, ontem, projeto criando a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, vinculada à Presidência da República. A agência terá a finalidade de propor diretrizes, regular, acompanhar e avaliar a execução das políticas de proteção à criança e ao adolescente.

Ao justificar a proposta, o senador observou que, dos 55 milhões de crianças de dez a 15 anos, 40% estão desnutridas, e 1,5 milhão entre sete e 14 anos está fora da escola. A cada ano, disse ainda, 2,8 milhões abandonam o ensino fundamental. Das que concluem a 4ª série, 52% não sabem ler nem escrever.



HOMENAGEM Projeto de Cristovam foi inspirado em crianças indígenas que morreram em Dourados (MS)

Entre as razões do que chamou de "histórico abandono" das crianças brasileiras, Cristovam citou o fato de que o Brasil deixou que ficassem sob inteira responsabilidade de suas famílias ou de seus municípios. Ele defendeu a federalização da educação básica, com os meios para que cada município invista na formação e implantação do piso salarial do professor, bem como em instalações e

equipamentos. Para isso, afirmou, é necessária uma lei de responsabilidade educacional, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, acrescentou, o governo federal tem que alocar mais recursos para a educação.

– Não podemos assistir em silêncio à morte física das crianças, por falta de comida, nem à sua morte intelectual por falta de educação. Mas não basta falar; é preciso agir. A agência pode ser um vetor desta mudança – afirmou o senador, que lembrou em seu discurso as mortes das crianças indígenas de Dourados (MS).

Conforme o projeto, caberá à agência promover, estimular e executar as políticas emanadas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), vinculado hoje ao Ministério da Justiça.

Cristovam recebeu apoio dos senadores José Jorge (PFL-PE) e Hélio Costa (PMDB-MG).

Juvêncio cobra medidas para resolver mortalidade

Ao anunciar audiência hoje, às 9h30, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), presidente do colegiado, cobrou medidas efetivas para o problema da desnutrição infantil em aldeias indígenas. Foram convidados para a sessão os presidentes Valdir Camarcio Bezerra, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), e Mércio Pereira Gomes, da Fundação Nacional do Índio (Funai); o prefeito de Dourados (MS), Laerte Tetila; e o secretário de Segurança

Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social, José Giacomo Baccarin.

Juvêncio disse que as autoridades devem parar de dar desculpas e ir às aldeias desenvolver ações concretas. Segundo ele, o presidente da Funai estaria entre os que mais falam do que trabalham. Um equívoco seria o diagnóstico, via imprensa, em que Mércio Gomes afirma ser a falta de terras o principal problema indígena. Para rebater a tese, ele citou caso de aldeia no Vale do Javari (AM), onde nove crianças



DISCUSSÃO Juvêncio propõe que autoridades substituam "desculpas" por "ações concretas"

morreram em apenas 15 dias, em novembro passado.

Citando José Giacomo, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que houve redução da mortalidade de crianças indígenas nos últimos quatro anos no país.



TERRAS Para Delcídio, resposta exige demarcação e maior oferta de áreas para sobrevivência dos índios

Questão indígena reclama solução, afirma Delcídio

Delcídio Amaral (PT-MS) disse ontem que o país precisa de um projeto definitivo para resolver o drama das populações indígenas. Na sua avaliação, as recentes mortes de crianças em aldeias em Mato Grosso do Sul refletem problemas estruturais no trato da questão.

Segundo ele, a Fundação Nacional do Índio (Funai) trabalha com poucos recursos e estrutura aquém de suas atribuições. Delcídio defendeu também a reavaliação dos programas estaduais e federais destinados aos índios.

Outra questão importante, para o senador, é a demarcação das terras indígenas. Ele lembrou que os caiowás, entre os quais foi observado o maior número de óbitos, são caçadores e precisam de território maior para sobreviverem.

– São 11 mil pessoas vivendo em 3,5 mil hectares; não há espaço suficiente – disse o senador ao solicitar reunião com todos os órgãos envolvidos com a questão indígena.

Cristovam Buarque (PT-DF) reiterou que as mortes de crianças em Mato Grosso do Sul são uma mostra do tratamento que o Brasil dá à infância. Augusto Botelho (PDT-RR) também defendeu uma nova política indigenista para o país.

Crivella volta a criticar saúde pública do Rio de Janeiro

O líder do PL, senador Marcelo Crivella (RJ), voltou a apontar, ontem, a situação "caótica" da saúde pública na cidade do Rio de Janeiro e a reclamar do rumo das negociações entre a prefeitura e o governo federal para resolver o problema. Segundo o parlamentar, é preciso "clamar pelo espírito público",

no sentido de garantir mais verbas para a reforma de hospitais, remédios e instrumentos para que médicos possam operar com tranquilidade.

– Em vez disso, esbarramos com autoridades se ofendendo, complicando a situação que já está tão caótica – afirmou o senador, ao se referir

a matéria publicada ontem pelo jornal *O Globo* sobre os recentes desentendimentos e a troca de acusações entre o prefeito carioca César Maia e o secretário de Atenção Básica à Saúde do Ministério da Saúde, Jorge Solla.

– Não é a política a arte de encontrar uma solução pacífica

para as controvérsias? Será que foi para isso que o povo brasileiro nos eleger e paga nossos salários? – questionou o parlamentar, informando que vai se oferecer como intermediário nas negociações.

Em aparte, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) elogiou o discurso de Crivella.